

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação

**Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e
Empreendedorismo**

Projeto de Intervenção

**Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental:
Proposta para Mitigar Barreiras Identitárias**

Tiago Neves Godinho nº: 11285

Beja

2018

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação

**Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e
Empreendedorismo**

Projeto de Intervenção

**Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental:
Proposta para Mitigar Barreiras Identitárias**

Elaborado por:

Tiago Neves Godinho nº: 11285

Professor:

Professora Doutora Ana Fernandes

Beja

2018

Índice

Introdução	5
1. Enquadramento Teórico	7
1.1 Sistema Familiar	7
1.2 Famílias Multidesafiadas.....	9
1.3 Competências Parentais	10
1.4 Intervenção Centrada na Família	11
1.5 Parentalidade Positiva/ Educação Parental	12
1.6 Esfera Identitária.....	16
1.6.1 Identidade Cultural.....	16
1.6.2 Multiculturalismo	17
1.7 Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	19
1.7.1 Serviços de mentoria para a família	20
1.8 Empreendedorismo Social.....	21
2. Metodologia da Investigação	22
2.1 Questão de Partida	22
2.1.1 Objetivo Geral e Objetivos Específicos	22
2.2 Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados.....	23
2.3 Amostra	23
2.3.1 Caracterização da amostra	23
2.4 Questionário	24
2.5 Tratamento e Análise dos dados.....	25
2.5.1 Caracterização dos inquiridos	25
2.5.2 Procedimentos	25
2.5.3 Apresentação dos Resultados.....	26
2.5.4 Discussão dos resultados	32
3. Proposta de projeto de intervenção	33
3.1 Plano de Ação/Avaliação	33
Conclusão	40
Referências.....	43
Apêndices	45
Apêndice A.....	45
Anexos	46

Resumo

O presente estudo de natureza quantitativa e exploratória, tem como objetivo explorar o papel do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) enquanto medida de resposta social no processo de mitigar barreiras identitárias, mediante as características existentes na estrutura organizacional dos Centros de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP), nas competências dos técnicos interventores e nas características das famílias que potenciem ou constrojam o sucesso na intervenção. A amostra de conveniência, foi recrutada na região de Ferreira do Alentejo. Participaram na investigação 11 indivíduos maioritariamente do sexo masculino (10) e (1) do sexo feminino com idades compreendidas entre os 21 e os 35. O instrumento de recolha de dados de eleição foi o questionário.

Palavras-chave: CAFAP, família, empreendedorismo social, intervenção, capacitação.

Abstract

The present quantitative and exploratory study aims to explore the role of the Center for Family Support and Parental Counseling (CAFAP) as a measure of social response in the process to mitigate identity barriers, through the characteristics existing in the organizational structure of Family Support Centers and Parental Counseling (CAFAP), in the skills of the intervention technicians and in the characteristics of the families that enhance or jeopardize success in the intervention. The convenience sample was recruited in the region of Ferreira do Alentejo. Eleven individuals, mostly male (10) and (1) female subjects between the ages of 21 and 35 participated in the research. The instrument for collecting the data was the questionnaire.

Key Words: CAFAP, family, social entrepreneurship, intervention, training.

Introdução

O tema do presente projeto de intervenção é “Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta para Mitigar Barreiras Identitárias”. A escolha deste, tema relaciona-se com o facto de esta temática encontrar-se eminentemente ligada

Os motivos que justificam a escolha do presente tema estão sobretudo associados a questões de ordem académico-profissional, bem como os motivos de natureza pessoal, nomeadamente a curiosidade e o interesse do discente, em tentar perceber e identificar, o conjunto de fatores que interferem na esfera socioeconómica

De mencionar que dentro dos motivos que conduziram à escolha desta temática se destacam não só a importância do empreendedorismo social como alavanca mobilizadora do futuro, mas também os contributos do mesmo no âmbito académico assim como a escassez de estudos científicos realizados dentro deste contexto.

Após uma primeira abordagem introdutória em torno desta temática considerou-se que a mesma é de extrema relevância para a área do Serviço Social. Trata-se de um tema bastante pertinente para todas as operações que se realizam na Ação Social (Serviço Social no geral).

“Os assistentes sociais participam no planeamento, orçamentação, execução, avaliação e alteração das políticas e serviços sociais de carácter preventivo destinados a diferentes grupos e comunidades. Intervêm em numerosos sectores funcionais, utilizando diversas abordagens metodológicas, trabalhando no âmbito de um quadro organizacional amplo e prestando serviços sociais a diversos sectores da população a nível micro, meso e macro.

A educação em matéria de Serviço Social destina-se a promover o desenvolvimento social e o ensino, formação e conhecimento de qualidade a respeito das práticas de Serviço Social, serviços sociais e políticas de bem-estar social, em todo o mundo.” (Unidas, 1999, p. 21)

Do ponto de vista metodológico, a investigação em Ciências Sociais tem por finalidade não só a percepção do mundo que nos rodeia, baseando-se em conhecimentos de outras disciplinas, bem como o saber/conhecer para intervir em problemas concretos.

Assim, “uma investigação é, por definição, algo que se procura, é um caminhar para um melhor conhecimento.” (Quivy, 1992, p. 29)

O presente trabalho consiste então no resultado da pesquisa e análise bibliográfica, cujo foco se centra na temática dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP, assim como cenários a estes inerentes. Consequentemente e neste sentido será explorado o fenómeno das barreiras de identidade.

O trabalho estruturou-se da seguinte forma dividindo-se em 3 capítulos: No primeiro capítulo, com o objetivo de introduzir os conceitos base que seriam abordados ao longo desta investigação, temos o enquadramento teórico. No segundo capítulo foi apresentada a metodologia, onde dissecámos todas as etapas, desde o processo de recolha de dados à análise e tratamento dos dados obtidos. No terceiro capítulo é exposto o projeto de intervenção, com a apresentação dos resultados previamente analisados, acompanhado das conclusões e elações destes provenientes.

A matriz desta investigação desenvolveu-se a partir de uma **pergunta de partida**: *De que forma a criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) pode contribuir para mitigar as barreiras identitárias em Ferreira do Alentejo?*

Um **objetivo geral**, que passa por *contribuir para o aprofundar do conhecimento em torno da dinâmica familiar*, sendo que deste resultam três **objetivos específicos**, nomeadamente: *identificar alguns constrangimentos que justifiquem a criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), como medida de empreendedorismo social; contribuir para uma reformulação do paradigma da família disfuncional; contribuir para um melhor desempenho profissional dos assistentes sociais que desenvolvem a sua prática no contexto das famílias Multidesafiadas.*

1. Enquadramento Teórico

1.1 Sistema Familiar

É relativamente fácil entender a estrutura de um sistema familiar (podemos dizer que um sistema familiar é apenas a soma de todos os seus membros), mas é mais difícil entender o funcionamento interno de como esse mesmo sistema funciona.

Alarcão refere que a família é um sistema, na medida em que “1) é composta por objetos e respetivos atributos e relações, 2) contem subsistemas e é contida por diversos outros sistemas, ou suprassistemas, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizada e 3) possui limites ou fronteiras que a distinguem do seu meio.” (Alarcão 2000, p.38).

Tal como os indivíduos que a compõem, a família insere-se num contexto evolutivo e possui um ciclo vital muito próprio. Supõe-se que todos os membros tenham diferentes personalidades, hábitos, perspetivas e interpretações de eventos. O que um membro faz ou não faz afeta não apenas a ele ou a si mesmo, mas a todos os outros membros da família também. A ação de um membro afeta todos os outros nesse sistema familiar. A família nasce, cresce, amadurece, e geralmente dispersa-se em novas famílias.

Para uma família amadurecer como um sistema, tem de ter um sistema emocional saudável. Como acontece com qualquer sistema familiar, os adultos dão o tom de como a estrutura emocional da família se desenvolverá e será mantida. Por exemplo, a maneira como marido e mulher interagem uns com os outros e com seus filhos diretamente, estabelece um precedente para como as crianças irão interagir umas com as outras e com os seus pares. Se houver respeito, tolerância, escuta ativa, especialmente durante o conflito, então o sistema emocional de uma família desenvolver-se-á de forma saudável. Isso forma uma base sólida para trabalhar quando surgirem circunstâncias difíceis e os membros da família devem reunir-se para apoio mútuo e encorajamento.

Já Relvas refere que, "o desenvolvimento familiar reporta-se à mudança da família enquanto grupo, bem como às mudanças nos seus membros individuais, ao nível de três componentes: estrutural, funcional e desenvolvimental." (Relvas, 1996)

Neste seguimento segundo Simeosson, ao nível das características **estruturais** temos dois tipos de análise. Um diz respeito à composição da família, os membros que constituem as famílias, (exemplo: as famílias monoparentais), o autor afirma ainda assim ser possível considerar a composição da família imediata (uma ou mais crianças e a mãe e/ou o pai, em que quer a criança quer os pais têm papéis e necessidades

únicas) e a família alargada (avós maternos e paternos, tios e primos). Os membros da família imediata e mais alargada são portadores de histórias e necessidades para as relações familiares. Conhecer estas necessidades individuais e colaborativas implica averiguar a composição da família.

O outro nível de análise estrutural baseia-se nas propriedades sistémicas da família em contexto, em que as relações dinâmicas entre os membros da família transcendem os papéis individuais. Os indivíduos criam e reforçam a estrutura e esta socializa e controla a pessoa.

A respeito das características **funcionais** Simeonsson atribui aos pais o papel de professores da disciplina, de prover cuidados de saúde, de líder moral/ético e o papel de cuidar da casa. A criança é o elemento da família que deve ser sustentado pela mesma, é um membro do sistema familiar. Aos irmãos cabe o papel de modelo, de substitutos dos pais e de companheiros de jogo. Aos avós é atribuído o papel de conselheiros, educadores do neto, sendo um recurso da família alargada. (Simeonsson, 1988)

Ao nível **desenvolvimental** Combrinck-Graham (1985 cit. por Simeonsson, 1988) defende um modelo cíclico de vida das famílias, uma espiral da vida das famílias através das gerações. Este modelo atribui as mudanças desenvolvimentais que nelas se verificam, ao longo das suas gerações, a dois tipos de forças: as centrífugas e as centrípetas. As forças centrífugas contribuem para o afastamento da família, enquanto as forças centrípetas agem para organizar ou juntar a família. O ciclo vital da família é o processo evolutivo pelo qual esta passa ao longo da vida, onde há etapas com tarefas específicas e problemas típicos, onde acaba por estar presente o bem-estar e o crescimento biopsicossocial dos membros familiares. (Combrinck-Graham, 1985)

1.2 Famílias Multidesafiadas

As famílias Multidesafiadas são geralmente definidas, em notas de rodapé pessimistas, em programas para famílias confrontadas com uma montanha de miséria psicossocial e necessidades de cuidado. Muitas vezes, isso começa e termina com a colocação do rótulo "família Multidesafiada", o que não é uma solução. No entanto, deve ficar claro pelo exposto que este rótulo não faz justiça ao desenvolvimento ou, mais importante o desenvolvimento psicológico da criança. Este desenvolvimento provou ser dependente da duração, tipo e número de fatores de risco enfrentados pela criança.

Contudo definir o conceito de família multiproblemática não é uma tarefa simples, uma vez que estas famílias não se definem pela presença de um sintoma em concreto, mas sim pela sua forma de estar e de se relacionar que estimula uma série de problemas que afetam um número indeterminado de elementos. (Alarcão, 2000)

Atualmente na realidade da nossa sociedade todas as famílias têm de possuir uma capacidade de adaptação e resiliência face aos constantes obstáculos com que se deparam ao longo do seu ciclo vitalício. A dificuldade com que as famílias Multidesafiadas se deparam e que as distingue duma família supostamente funcional é precisamente esta incapacidade em tolerar frustrações, ausência parcial ou total de auto análise e inabilidade para negociar qualquer situação. Segundo Alarcão "...estas famílias caracterizam-se pela instabilidade, desorganização, isolamento social, labilidade de fronteiras, estilos parentais autoritários ou permissivos e frequentes patologias assim como por uma diminuída capacidade de resposta às necessidades dos filhos, o que resulta, por vezes, em situações de maus tratos a crianças e jovens." (Alarcão,2005)

Será aconselhável, no caso de famílias com múltiplos problemas, identificar os fatores de risco no nível da mãe no nível do parceiro ou ex-parceiro e no nível da família / contexto. Isso resulta em uma imagem mais precisa dos problemas enfrentados por essas crianças e, pelo menos, abre caminhos para programas de assistência. Para o devido efeito, Alarcão apresenta alguns critérios de forma a facilitar o processo de identificação e sinalização destes fatores. Entre eles:

- "Presença simultânea de dois ou mais elementos do mesmo sistema familiar com comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves para exigir uma intervenção externa;

- Grave insuficiência na assunção, por parte dos pais, das atividades funcionais e afetivas necessárias ao adequado desenrolar da vida familiar; Reforço recíproco entre o primeiro e o segundo aspetos;
- Labilidade das fronteiras, própria de um sistema caracterizado pela presença de profissionais e de outras figuras externas que substituem parcialmente os elementos incapazes;
- Estruturação de uma relação de dependência crónica da família face aos serviços externos e vice-versa, criando as condições para o desenvolvimento de um equilíbrio inter-sistémico;
- Desenvolvimentos de comportamentos sintomáticos característicos tais como a toxicodependência sociopática.” (Alarcão, 2000 p.318 e 319).

1.3 Competências Parentais

A principal função da família é garantir a continuação da sociedade, tanto biologicamente através da procriação, como socialmente através da socialização. Dadas essas funções, a natureza do papel de uma pessoa na família muda com o tempo. Na perspetiva das crianças, a família incute um senso de orientação: a família funciona para inserir as crianças socialmente e desempenha um papel importante no seu processo de socialização. Do ponto de vista dos pais, o principal propósito da família é a procriação: a família funciona para produzir e socializar as crianças. A família é a base permanente da vida da criança, pois é neste meio que a criança nasce, onde se desenvolve e constrói o seu projeto de vida.

(Lumen, 2018)

Podemos dizer que a função familiar é manter um equilíbrio estável para alcançar os objetivos psicobiológicos, socioculturais, educativos e económicos, mais especificamente, os pais são indiscutivelmente os primeiros educadores da criança e devem levar a cabo essa missão da melhor forma possível.

1.4 Intervenção Centrada na Família

A intervenção centrada na família baseia-se na crença de que a melhor maneira de atender às necessidades de uma pessoa é dentro de suas famílias e que a maneira mais eficaz de garantir segurança, permanência e bem-estar é fornecer serviços que envolvam, fortaleçam e apoiem as famílias. O modelo centrado na família, que vê as famílias como capazes de tomar decisões informadas e agir sobre elas, difere dos modelos em que os profissionais tomam decisões sozinhos ou apenas com a ajuda da família.

A intervenção centrada na família realiza-se com o intuito de fornecer condições necessárias à família de modo a reforçar as capacidades da mesma, acompanhando o desenvolvimento da criança. A família desempenha funções determinantes no desenvolvimento da criança, pois é ela que determina onde a intervenção irá decorrer, a escolha dos intervenientes e as estratégias a adotar.

(Pratice, 2018)

Neste sentido existem alguns componentes chave essenciais na intervenção centrada na família, tais como:

- Envolvermo-nos com os membros da família para compreender as suas vidas, metas, pontos fortes e desafios, desenvolver um relacionamento entre família e profissional.
- Trabalhar com a família para definir metas, fortalecer a capacidade e tomar decisões
- Fornecer intervenções individualizadas, culturalmente responsivas e baseadas em evidências para cada família

As equipas de intervenção direcionam a sua intervenção na família, a família aqui é vista como um sistema que interage com outros sistemas, esta relação de interação denomina-se rede de suporte social. Mais especificamente, a intervenção realizada com base nesta teoria centra-se na “ajuda prestada aos pais na obtenção de serviços e capacidades que possam facilitar a adaptação e o desenvolvimento da família e da criança. Outro aspeto essencial (...) é a identificação e o estabelecimento das necessidades e prioridades que reforçam o núcleo familiar.” (Carvalho, 2011 p.10).

1.5 Parentalidade Positiva/ Educação Parental

Segundo a Associação Portuguesa para Igualdade Parental e Direitos dos Filhos (2012, p.2), a Parentalidade Positiva define-se como sendo o “comportamento dos progenitores respeitador dos melhores interesses e direitos da criança...”, neste sentido, “o pai e mãe positivos cuidam, capacitam, guiam e reconhecem as crianças como indivíduos no gozo pleno dos seus direitos.”.

Neste sentido, existem princípios estabelecidos que são da responsabilidade dos progenitores proporcioná-los às crianças e vê-los satisfeitos, tais como:

“Sustento: respondendo às necessidades de amor, carinho e segurança;

Estrutura e Orientação: proporcionando à criança uma sensação de segurança, uma rotina previsível e limites necessários;

Reconhecimento: ouvindo a criança e valorizando-a como um individuo de pleno direito;

Autonomia: melhorando a noção de competência e de controlo pessoal da criança;

Educação não-violenta: excluindo todos os castigos corporais e psicológicos humilhantes. O castigo corporal é uma violação aos direitos da criança no que diz respeito à integridade física e dignidade humana.”

(Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, 2012, p. 2).

Existem ainda um conjunto de princípios orientadores de modo a levar a bom porto a prática da Parentalidade Positiva, entre eles:

“1. Reconhecer todas as crianças e todos os pais como titulares de Direitos e sujeitos a obrigações;

2. Reconhecer os pais como primeiros e principais responsáveis pela criança devendo respeitá-la de acordo com os seus direitos. Cabe ao Estado intervir para proteger a criança;

3. Reconhecer como positiva e necessária a cooperação entre os pais e outros agentes de socialização das crianças, nomeadamente o próprio Estado;

4. Assegurar que os pais e as crianças sejam envolvidos na elaboração e aplicação das políticas e medidas que lhes são destinadas;
5. Promover a igualdade de oportunidades de ambos os progenitores no exercício da parentalidade positiva, no respeito da sua complementaridade;
6. Reconhecer a necessidade de condições de vida que permitam aos pais a sua realização pessoal e que sejam adequadas ao exercício da parentalidade positiva, nomeadamente a independência social e económica e o acesso aos bens e equipamentos de apoio às famílias;
7. Respeitar as diferentes formas de parentalidade e de situações parentais através de uma abordagem pluralista;
8. Reforçar a parentalidade positiva através de mecanismos incentivadores que aproveitem o potencial natural dos pais;
9. Conceber os mecanismos de reforço à parentalidade positiva numa perspetiva de longo prazo de forma a garantir a sua sustentabilidade;
10. Garantir redes adequadas de apoio à parentalidade positiva com padrões de qualidade reconhecidos e imparciais e segundo este conjunto de princípios comuns aos diversos níveis de atuação;
11. Assegurar uma cooperação intersectorial aos diversos níveis iniciando e coordenando neste domínio as ações dos diferentes agentes envolvidos, com o fim de aplicar uma política global e coerente;
12. Promover a cooperação internacional e facilitar a troca de conhecimentos, experiências e boas práticas em matéria de parentalidade positiva.”

(Conselho Consultivo das Famílias, 2011, p. 2).

É necessária a aposta na formação de profissionais que trabalham com crianças e jovens, de forma a fomentar condições que promovam a parentalidade positiva e orientações sobre como por este modelo em prática.

A escolarização pode ter um grande impacto em todos os aspetos da vida humana, especialmente na higiene, crescimento económico, desenvolvimento cultural, crescimento e treinamento de crianças, desorganização e anomalias em crianças, crescimento do emprego e assim por diante. Normalmente, as pessoas que vivem em baixos níveis económicos, sociais e culturais têm níveis educacionais mais baixos em comparação com seus contemporâneos, e o nível educacional dessas famílias é muito

menor. De fato, em algumas dessas famílias, a escolarização é uma questão estranha. O profundo impacto que esse baixo status social, cultural e económico deixa sobre os membros da família e a sociedade leva à desorganização e transtornos mentais. O analfabetismo é a raiz e a base da maioria das desordens económicas, políticas, sociais, culturais e de desorganização, bem como físicas e mentais, na maioria dos países em desenvolvimento. (Med, 2008, p. 34)

A educação parental é de uma certa ótica olhada como sendo “uma abordagem preventiva, pautada por objetivos de prevenção de comportamentos e padrões disfuncionais, dirigida a pais com crianças com problemas de desenvolvimento, ou em risco biológico e desenvolvimental.” (Carvalho, 2011, s/p), tendo como objetivo primário “o apoio efetivo aos pais, proporcionando-lhes informação de carácter prático, conhecimentos, transmitindo-lhes princípios de aprendizagem e modificação do comportamento e promovendo competências parentais, de comunicação e de resolução de problemas.” (Schaefer & Briesmeister, 1989 citado por Carvalho, 2011, s/p)

Embora a parentalidade possa ser natural para alguns, outros podem necessitar de apoio e orientação adicionais para compreender o desenvolvimento infantil, para responder adequadamente às necessidades do seu filho e para lidar com os desafios da parentalidade. A educação dos pais proporciona aos cuidadores conhecimento, recursos e apoio para desenvolver habilidades parentais para melhorar o bem-estar da criança e da família. Também pode ajudar os pais ou cuidadores a aprender as ferramentas e estratégias para proporcionar um ambiente familiar positivo e estimulante, onde seus filhos irão prosperar física, emocional e cognitivamente.

Porém, este tipo de educação não pretende ser uma espécie de escola, isto é, não pretende ensinar os pais per sei, mas sim realizar uma “intervenção através da qual se faz uma co aprendizagem, uma construção em conjunto da realidade e das transformações pretendidas, sendo que devemos perspetivar as famílias, os pais como competentes para pensar e mudar.” (Carvalho, 2011, s/p).

Neste seguimento, os objetivos deste tipo de intervenção destinam-se a:

- Promover os conhecimentos dos pais;
- Desenvolver competências na prestação de cuidados;
- Estimular e melhorar a relação pais-criança e a aquisição de aptidões específicas, por parte das crianças;
- Promover o Autoconhecimento dos pais e/ou dos futuros pais;
- Fomentar modificações positivas na autoconfiança;
- Aumentar satisfação no desempenho das funções parentais;
- Resposta as necessidades da família de uma forma abrangente (de forma preventiva ou intervenção em situações de crise);
- Percecionar os Pais como elementos competentes; Incentivar o apoio das Redes Sociais formais e informais.” (Carvalho, 2011, s/p).

Assim, podemos observar que a Educação Parental pode ser de:

“carácter educativo e preventivo, mas pode ainda surgir como resposta a situações de crise”, neste sentido pode intervir em situações como: “Famílias com Crianças com problemas de comportamento ou emocionais específicos; Pais com problemas de saúde mental; Grávidas/ Pais adolescentes; Famílias de crianças sinalizadas por situações e risco e/ou perigo nas CPCJ, Tribunais; Existência de maus tratos e/ou negligência.” (Carvalho, 2011, s/p).

1.6 Esfera Identitária

1.6.1 Identidade Cultural

Identidade cultural resume-se ao sentimento de pertencer a uma cultura. Esse pertencimento pode ser justificado com o conjunto compartilhado de companheirismo, princípios ou crenças de vida.

Basicamente, pode ser considerado como possuindo a cultura e seus vários limites de etnia, nacionalidade, idioma, religião e gênero. E pertencer a uma cultura significa que a pessoa abraça todas as tradições que foram passadas através da história. A identidade cultural revela a herança da pessoa, bem como ajuda a identificar com outras pessoas que têm as mesmas tradições ou estruturas de crença semelhantes.

“As identidades são determinadas pelo que as pessoas se identificam. Ao formar uma identidade cultural, as pessoas identificam-se e ligam-se a um conjunto particular de ideias que são características de sua família e identidade regional ou nacional. Isto pode incluir uma identificação com um grupo religioso particular, um grupo étnico ou racial em particular, um país em particular, um idioma e um dialeto em particular, um conjunto particular de alimentos que são considerados bons para comer, um conjunto particular de feriados, de costume e nomes incomuns que as pessoas possam ter, etc. Ao aceitar essas ideias transmitidas pela família ou nação uma pessoa passa a ser uma parte aceite do grupo.” (Dombeck, 2018)

No fundo é mais uma fundação ou um primeiro plano em que todos os limites são estabelecidos. Começando em uma idade muito jovem, nós abraçamos as tradições e normas dos nossos pais e avós e “agarramo-nos” a estes valores.

Continuamos a praticá-los à medida que se torna uma fonte de identidade para nós e nos ajuda a entender melhor as pessoas que compartilham conosco esses aspectos comuns da cultura. Isso não apenas amplia nossos relacionamentos, mas também leva a um avanço nos atos culturais que, de outra forma, seriam abandonados se não fosse a propriedade demonstrada pela juventude da cultura.

A propriedade da cultura agrega diretamente valor à identidade cultural e inclui a prática da religião, o uso de roupas tradicionais ou até a ingestão de alimentos que reflitam a cultura respectiva. Estabelece meios de identificar a pessoa como parte dessa cultura ou nacionalidade.

1.6.2 Multiculturalismo

O multiculturalismo é uma abordagem de política pública para gerenciar a diversidade cultural em uma sociedade multiétnica, enfatizando oficialmente o respeito mútuo e a tolerância às diferenças culturais dentro das fronteiras de um país. (Ward, 1994, p. 15)

Como política, o multiculturalismo enfatiza as características únicas de diferentes culturas, especialmente quando se relacionam umas com as outras nas nações receptoras. A palavra foi usada pela primeira vez em 1957 para descrever a Suíça, mas entrou em moeda comum no Canadá no final dos anos 1960. Rapidamente se espalhou para outros países de língua inglesa. (Ward, 1994) O multiculturalismo foi incorporado às políticas oficiais em vários países nos anos 70 por razões que variavam de país para país.

O multiculturalismo é muito importante. Ajuda-nos a olhar para outras culturas respeitosa e livremente. Sem isso, seríamos forçados a ser informados apenas sobre a cultura dominante em nossa sociedade. Eu considero o multiculturalismo uma coisa boa.

Muitas pessoas confundem raça e cultura. O termo "raça" foi descoberto para não significar nada. Os cientistas concordam que, em termos de genética do DNA, "raça" não tem significado significativo como forma de categorizar as diferenças humanas. O multiculturalismo encontrou seu caminho para se tornar um termo popular porque a raça realmente não define nenhuma diferença real entre as pessoas. Como as pessoas são criadas e suas crenças são o que as tornam diferentes.

O termo "caldeirão (melting pot)" é frequentemente usado para descrever algum país, como por exemplo os EUA, porque é um lugar cheio de culturas diferentes. Por exemplo. Pittsburgh é um bom exemplo devido à sua mistura diversificada de diferentes culturas. Foi fundada por imigrantes alemães, poloneses e italianos.

Mas o que é que melting pot realmente significa? Estamos celebrando as diferentes culturas das pessoas aqui ou estamos forçando as pessoas a viver uma cultura específica? Muitas pessoas acabam comprometendo a cultura dominante e perdendo partes de sua herança. Nos Estados Unidos, a visão tradicional tem sido a de um caldeirão onde todas as culturas imigrantes são misturadas e amalgamadas sem a intervenção do Estado. No entanto, muitos estados têm políticas linguísticas diferentes dentro do sindicato. Os imigrantes mantêm a sua própria cultura e antecedentes familiares, ao mesmo tempo em que se tornam americanos. (Banks, 1999, pp. 185-186)

O multiculturalismo é uma ideologia que defende que a sociedade deve consistir, ou pelo menos permitir e incluir, grupos culturais distintos, com status igual. Se grupos culturais devem ou não ter status político distinto, é uma questão controversa entre os cientistas políticos. Algumas nações adotaram políticas oficiais de multiculturalismo, mas a norma é a diversidade de condições de diversidade cultural acompanhada de maior ou menor grau de tolerância e aceitação. O termo "multiculturalismo" ou "multicultural" também é usado para descrever as condições demográficas da diversidade cultural e étnica onde ocorre, seja ou não oficialmente apoiado pela política do Estado. Há, portanto, uma distinção importante a ser feita entre o multiculturalismo oficial ou de jure e as condições de fato da diversidade cultural, da tolerância e do cosmopolitismo que ocorreram ao longo da história, bem como nas sociedades modernas. Como política de Estado, o multiculturalismo tem sido, até o momento, uma forma de administrar a diversidade cultural, concentrando-se em aspectos superficiais da identidade cultural, em vez de desigualdades estruturais relacionadas à dominância cultural de fato e ao racismo institucional. (Ward, 1994)

Existem muitos benefícios do multiculturalismo. Com o mix de diferentes culturas, temos novas ideias e benefícios que valem a pena. Como todas estas novas ideias que estão por aí, o país beneficia disso.

Com todas as diferentes idéias e crenças provenientes das diferentes culturas, desenvolvemos o respeito pelos seus pontos de vista, aprendemos com eles. Ter multiculturalismo permite misturar as nossas diferentes culturas e aprender umas com as outras.

Se não tivéssemos multiculturalismo, todos seríamos iguais. Todo o nosso país iria acreditar na mesma coisa e fazer a mesma coisa. Não haveria criatividade entre nós. Seria muito entediante se na nossa sociedade todos fôssemos iguais. Se não tivéssemos essa mistura diversa de pessoas e culturas, não cresceríamos como pessoas e ainda acreditaríamos nas mesmas coisas. Estaríamos presos no passado e nunca cresceríamos. As mulheres podem não estar onde estão hoje, bem ao lado dos homens. Homens seriam superiores. Felizmente, temos multiculturalismo e podemos cultivar nossas mentes e a maneira como pensamos

1.7 Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O CAFAP apresenta-se como uma resposta social vocacionada para o apoio especializado às famílias, atuando ao nível da prevenção e reparação do risco psicossocial, mediante o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais, aos intervenientes no sistema familiar.

“Com efeito, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consagra, de entre os seus princípios orientadores, o princípio da responsabilidade parental, o que implica uma intervenção efetuada de modo a que os pais assumam a sua função parental mediante a aquisição de competências pessoais, familiares e sociais.”

Neste contexto, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção”. Portaria n.º (139/, 2013)

Tem como objetivos gerais

- Prevenir situações de risco e de perigo, através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam o exercício de uma parentalidade positiva;
- Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais e rotinas quotidianas;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Prevenir situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso;
- Contribuir para o equilíbrio e bom desenvolvimento bio-psico-social desta população.

1.7.1 Serviços de mentoria para a família

Nesta ótica de multiculturalismo o acompanhamento familiar deverá ser adaptado a cada família, para isso será realizado através de serviços distintos, pelo que a sua intervenção deverá ser efetuada de forma articulada, uma vez que “a coordenação de serviços visa assegurar às crianças e famílias, uma intervenção eficaz integrada através de um trabalho de conjunto entre os diferentes serviços da comunidade que dão respostas no âmbito da Intervenção Precoce.” (Breia, Almeida & Colôa, 2004 p. 87).

Este sistema de intervenção articulada é crucial, pois um único serviço não conseguirá dar uma resposta adequada a todas as intervenções que variam consoante as suas necessidades.

“inevitável o envolvimento de vários serviços a fim de assegurar a qualidade das interações, cada elemento da equipa de coordenação deve promover a colaboração: dentro dos serviços a que pertence; entre cada um dos serviços implicados; dentro de cada uma das equipas de intervenção direta; entre estas e os diversos serviços implicados.” (Breia, Almeida & Colôa, 2004 p. 87).

Porém, coordenar os serviços nem sempre se revela com uma tarefa fácil de se realizar, dado que não existem regras específicas para o seu bom funcionamento, contudo, e, ainda, de acordo com os autores supracitados, “a coordenação deve ser desenvolvida por uma equipa constituída por elementos de todos os serviços implicados, que reúnem periodicamente (de preferência uma vez por mês), podendo ser liderada em sistema rotativo por cada um dos elementos, se tal for considerado desejável.”

1.8 Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social muito simplificadamente é o uso de novas abordagens para resolver velhos problemas sociais. Ao longo da história, houve agentes de mudança social e ativistas que colocaram as suas sociedades num caminho melhor. Nas duas últimas décadas, surgiu uma abordagem distinta e mais empreendedora para aliviar os problemas associados à pobreza. Essa geração inovadora de empreendedores sociais livrou-se da falsa dicotomia entre "é um negócio" ou "é uma instituição de caridade" para experimentar modelos de negócios, inovar novos métodos de distribuição e responsabilizar-se pelos resultados. (CLSB, s.d.)

Seja com ou sem fins lucrativos, seja trabalhando na educação, na saúde ou no emprego, as empresas sociais compartilham certas características. O primeiro é a inovação. A inovação pode assumir a forma de novos produtos e serviços, novos métodos de produção e distribuição ou novos modelos organizacionais. Por exemplo, a First Book projetou um novo modelo de distribuição para atender crianças de baixa renda nos EUA com conteúdo educacional de alta qualidade.

Criar o maior impacto requer alavancar as forças de mercado e práticas de negócios sempre que possível. Isso significa gerar renda com a venda dos seus produtos ou serviços, sim, mas também significa dirigir um foco implacável baseado em resultados em toda a organização, assim como qualquer empresa comercial faria. Isso exige um sistema de responsabilidade e auditoria forte, processos robustos de planeamento estratégico, a disciplina para medir o que está funcionando e o que não funciona e a flexibilidade de ajustar os canais de vendas ou as linhas de produtos de acordo.

Além da inovação contínua e das práticas de negócios, os empreendedores sociais têm duas outras características-chave em comum. A primeira é que eles mantêm uma abertura para o aprendizado. O empreendedorismo social, afinal, é um processo de aprendizado por *design*. Esse processo envolve a concepção de uma maneira mais eficaz de atender a uma necessidade mal satisfeita; testar e refinar o conceito inicial; mobilizar os recursos e parceiros necessários para dimensionar o modelo; e continuamente melhorando a oferta através de medidas rigorosas de impacto e uma abertura para incorporar feedback.

Finalmente, e mais importante de tudo, os empreendedores sociais são movidos por valores: dignidade, acesso a oportunidades, transparência, responsabilidade, equidade e empoderamento. Eles são motivados pelo problema que estão tentando resolver e mantêm sua missão social em primeiro plano à medida que ampliam seu impacto. Em muitos casos, eles deixaram carreiras potencialmente lucrativas para fundar o seu empreendimento social, motivados pelo desejo de um propósito mais significativo ou atingidos por um momento “aha!” que os obrigou a agir. (Encyclopedia, 2018)

2. Metodologia da Investigação

2.1 Questão de Partida

De que forma a criação de um *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* (CAFAP) pode contribuir para mitigar as barreiras identitárias em Ferreira do Alentejo?

2.1.1 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Com a finalidade de explorar esta problemática e responder à questão de partida inicialmente formulada, foram estipulados os seguintes objetivos:

Objetivos Gerais

- Contribuir para o aprofundar do conhecimento em torno da dinâmica familiar e de que forma esta se espelha no extrato comunitário.

Objetivos Específicos

- Identificar alguns constrangimentos que justifiquem a criação de um *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* (CAFAP), como medida de empreendedorismo social;
- Contribuir para uma reformulação nas medidas de atuação face ao paradigma da família disfuncional;
- Contribuir para um melhor desempenho profissional dos assistentes sociais que desenvolvem a sua prática no contexto das famílias Multidesafiadas.

2.2 Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados

Decidi direccionar o presente estudo para um de natureza descritiva e exploratória, utilizando uma abordagem de natureza qualitativa de forma a compreender a complexidade da resposta organizacional *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* (CAFAP) enquanto uma medida que se relaciona com sistemas complexos, nomeadamente, as famílias socialmente vulneráveis, redes formais e informais que interagem com as famílias, tentar perceber efetivamente o conjunto de fatores que interferem na esfera social dos agregados comunitários assim como compreender de que forma as dinâmicas destas comunidades interagem entre si e a comunidade endógena.

Dada a natureza exploratória deste trabalho e os objetivos estipulados, considerei como instrumento privilegiado de recolha de dados o questionário uma vez que temos a barreira da linguagem como uma condicionante, o questionário facilitou na medida em que ajudou os participantes a manterem o foco, evitando condicionamentos/dispersão nas respostas. Neste sentido apliquei este método a agregados de trabalhadores imigrantes (sector agrícola) uma vez que este sector magnetiza a economia numa escala micro e macro em épocas sazonais na região por consequência de uma afluência de capital social.

2.3 Amostra

A amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras. De acordo com Marconi e Lakatos, amostra é um subconjunto da população, uma parcela, conveniente selecionada do universo a ser pesquisado. (Lakatos, 2002). Gil (1999) define amostra como o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelece ou se estimam as características desse universo ou população”. (Gil, 1999, p. 100)

2.3.1 Caracterização da amostra

A amostra é não probabilística e de conveniência, dado que quando trabalhei no sector agrícola tive a oportunidade de conhecer e lidar com indivíduos de várias nacionalidades, mas predominantemente romenos. Esta experiência permitiu-me alcança-los com relativa facilidade e expor-lhes as questões que pretendia.

Participaram no estudo cerca de 11 indivíduos dos quais maioritariamente do sexo masculino (10) e um do sexo feminino com idades compreendidas entre os 22 e os 34 anos. Aquando do estudo todos estavam a exercer atividades no campo.

2.4 Questionário

O questionário é um instrumento/técnica de recolha de dados, composto por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo inquirido.

Segundo as diretrizes de (Freitas, 2013, p. 108)

“A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem do grupo pesquisado. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante.”.

Em termos de aplicabilidade dos questionários, fi-lo sempre que tive ocasião, pessoalmente até mesmo para tentar esclarecer possíveis dúvidas que surgissem durante o preenchimento dos mesmos, mas também disponibilizei um survey online, onde poderiam preencher o mesmo questionário digitalmente uma vez que para estas comunidades (romenas) baseado no tempo que passei a trabalhar ao lado delas, sei que valorizam o *smartphone*, uma vez que se trata do seu “ganha-pão”, se não tiverem contactáveis, se não tiverem uma “*presença*” digital significa oportunidades de trabalho perdidas. Assim tentei fazer um questionário simples e fácil de entender/explicar ainda assim não desprovido de riqueza nos dados que pôde oferecer.

Consultar apêndice A

2.5 Tratamento e Análise dos dados

Após inquirir os participantes, procedeu-se ao tratamento e análise dos dados obtidos através do preenchimento dos questionários.

Na análise dos dados do questionário optou-se por seguir uma abordagem estatística descritiva durante o processo de análise, adequado uma vez que o número de inquiridos é reduzido.

Relativamente a esta amostra podemos afirmar que a amostra não é representativa, pois o número de inquiridos é reduzido e foi obtida por conveniência, logo não surgiu de modo aleatório, neste sentido, não é adequado recorrer a técnicas de estatística inferencial, assim o tratamento dos dados limita-se a técnicas de estatística descritiva e a sua representação gráfica pretende apenas descrever os dados referentes a estes onze inquiridos.

2.5.1 Caracterização dos inquiridos

Após a análise dos dados, obtivemos informações relevantes para a caracterização dos participantes (11). É desde logo visível que a maioria dos participantes são do sexo masculino (10) e os restantes do sexo feminino (3) (gráfico 1), sendo que as idades destes variam entre os 22 e 34 anos de idade, tendo a sua maioria idades compreendidas entre os 30 e os 35 anos de idade (gráfico 2).

2.5.2 Procedimentos

Referente ao processo de seleção dos candidatos, optou-se por adotar uma abordagem de aproximação entre o investigador e os inquiridos, de maneira a que a intervenção não fosse tão invasiva. Já havia sido estabelecida uma relação formal em contexto profissional com alguns dos membros desta amostra o que facilitou o acesso aos restantes membros que constituíram a população a ser estudada. Os questionários foram na grande maioria respondidos na presença do investigador, por forma a esclarecer dúvidas quer na interpretação das perguntas quer na linguagem utilizada, uma vez que se trata de uma amostra exclusivamente romena. Os inquiridos que tinham mais facilidade e mais à vontade com a língua portuguesa acabaram também por auxiliar e agir como tradutores dos seus conterrâneos. Como foi referido previamente trata-se de uma amostra por conveniência, isto permitiu selecionar

cuidadosamente os candidatos que realmente queriam fazer parte de um estudo sério, tinham a predisposição e o tempo para dar o seu contributo.

2.5.3 Apresentação dos Resultados

Passemos, em seguida a apresentar os resultados decorrentes da análise dos questionários aplicados às famílias.

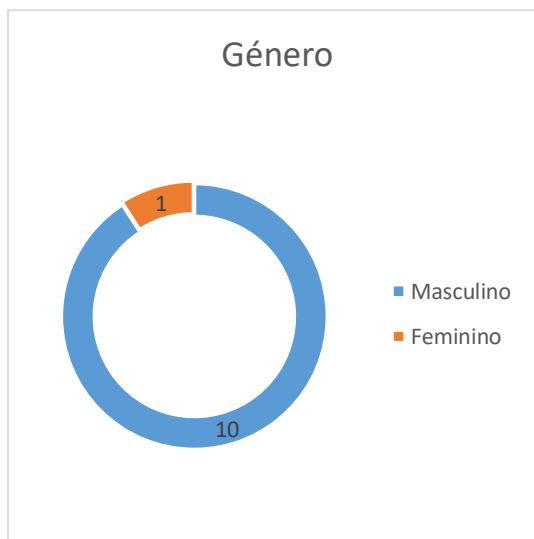


Gráfico 1 - Género

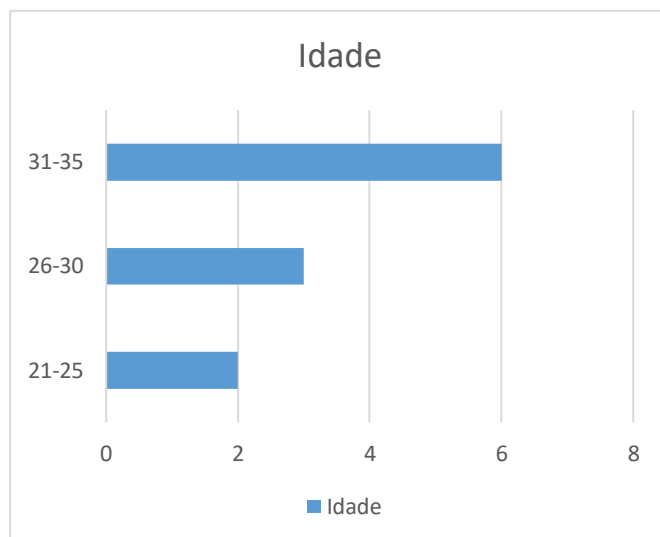


Gráfico 2 - Idade

No que se refere ao estado civil a maioria dos indivíduos inquiridos são casados (8) os restantes encontram-se solteiros (3) (Gráfico 3).

Relativamente à situação profissional, à data da recolha dos dados encontram-se todos a trabalhar.

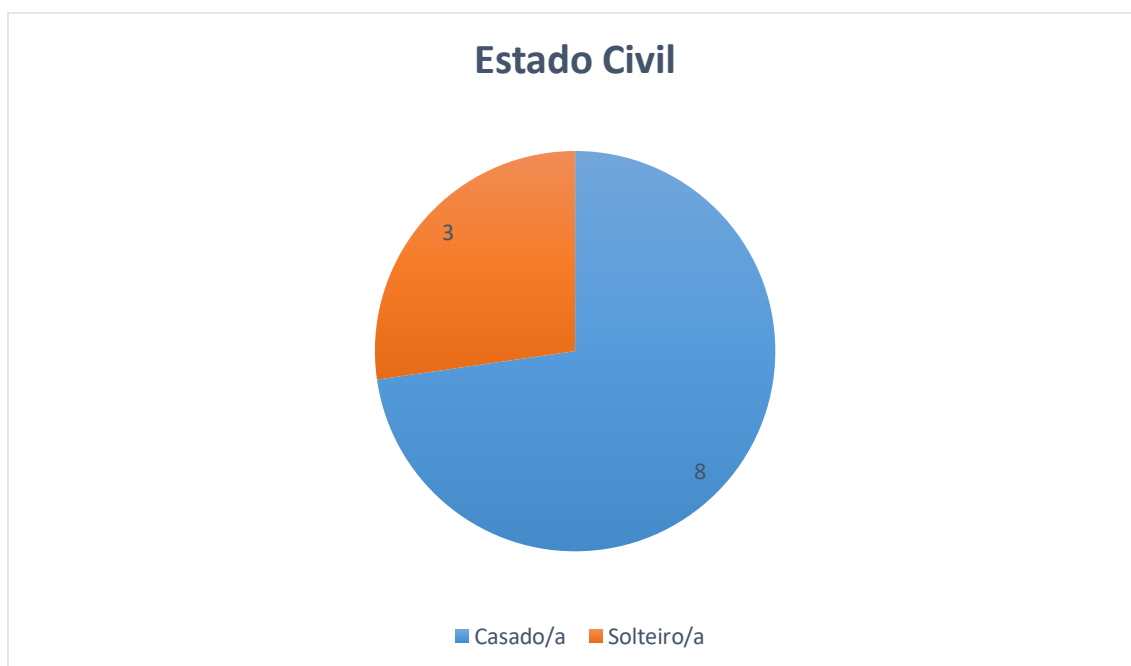


Gráfico 3 - Estado Civil

No gráfico 4 podemos verificar que grande parte dos inquiridos reside em Portugal há mais de 1 ano (9)

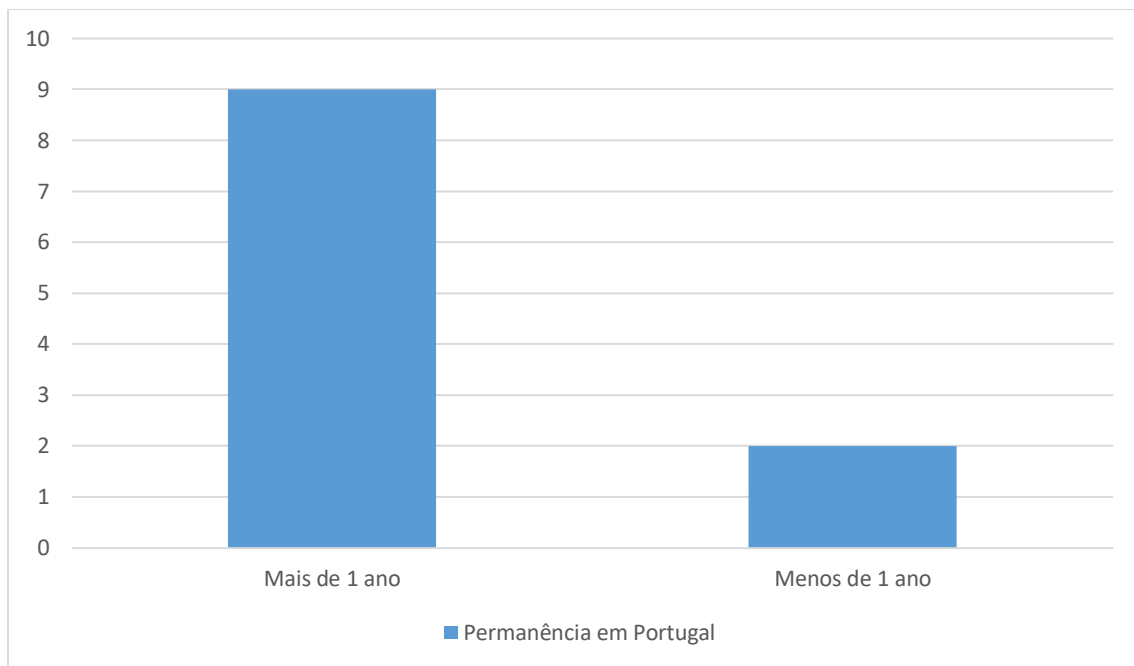


Gráfico 4 - Permanência em Portugal

Já no que toca ao grau de satisfação relativamente à adaptação na região de Ferreira do Alentejo, verificamos resultados um tanto divididos. Dando destaque sobretudo ao grau “Muito Insatisfeito” (3) de igual modo o Grau “Satisfeito” (3).

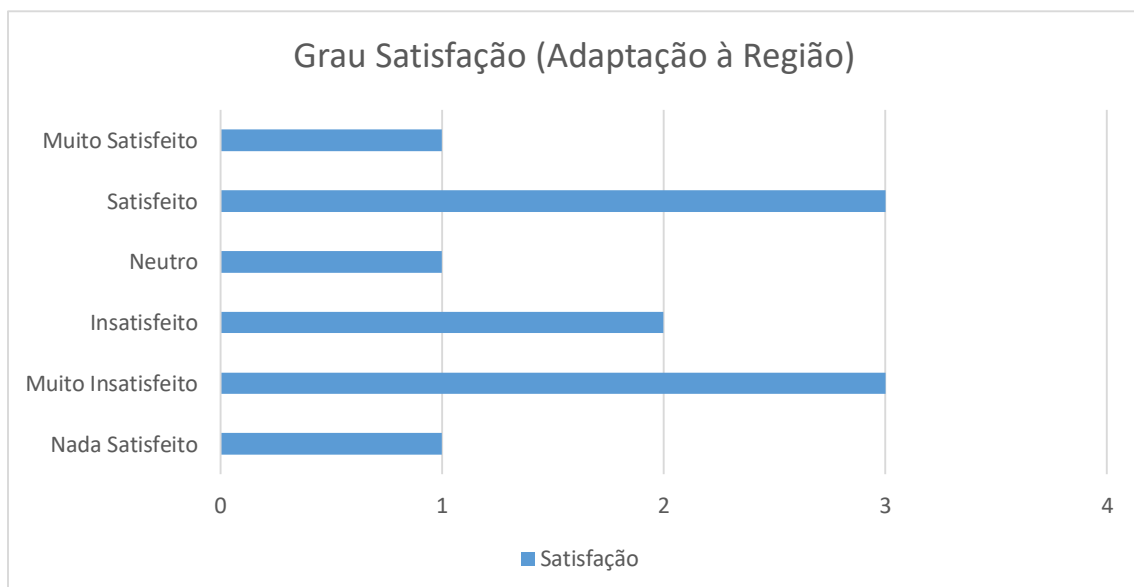


Gráfico 5 - Adaptação na Região de F.A.

Com a intenção de tentar perceber até onde se estendem as raízes dos participantes deste estudo (origem romena), na comunidade local foi colocada uma simples questão: “Frequenta eventos culturais?”. O presente gráfico (6) sugere resultados bastante positivos.



Gráfico 6 - Frequenta Eventos Culturais?

Os gráficos 7 e 8 assinalam quantos dos inquiridos têm filhos assim como o respetivo número de filhos. Como podemos verificar dos 11 inquiridos 7 têm filhos, destes 7 podemos destacar que a maioria tem 2 filhos.



Gráfico 7 - Tem filhos?

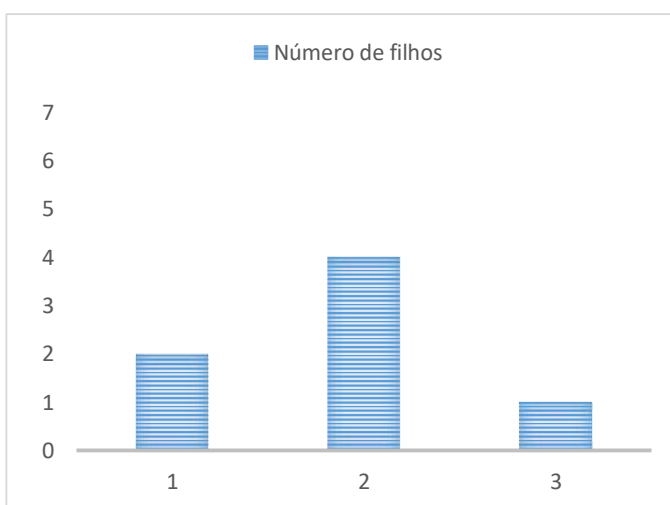


Gráfico 8 - N.º de filhos

Dos 7 inquiridos com filhos:

3 têm filhos a residir em Portugal

Atualmente todos a frequentar a escola

Dos 3 inquiridos com filhos a frequentar o ensino escolar 2 assinalaram uma boa adaptação destes no sistema escolar.

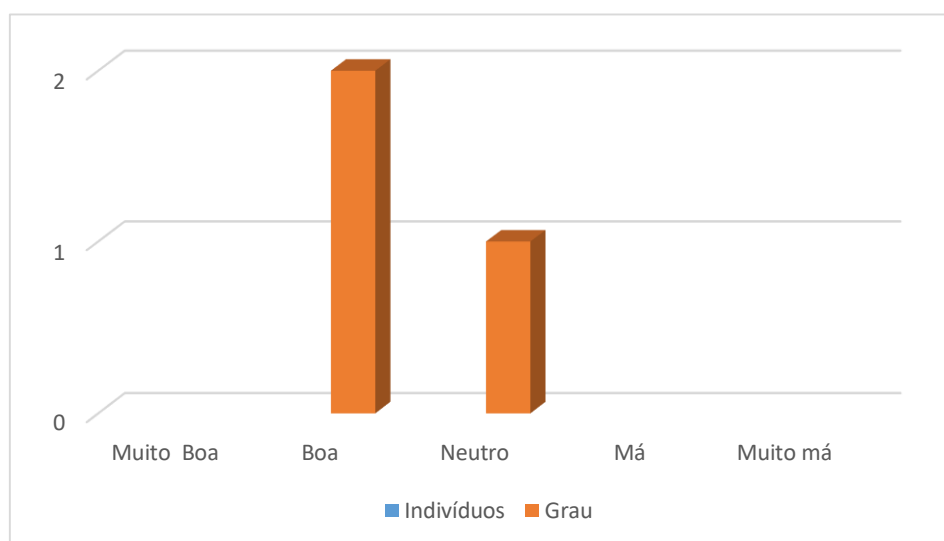


Gráfico 9 - Grau de adaptação na escola

Formação sobre capacitação familiar e parental

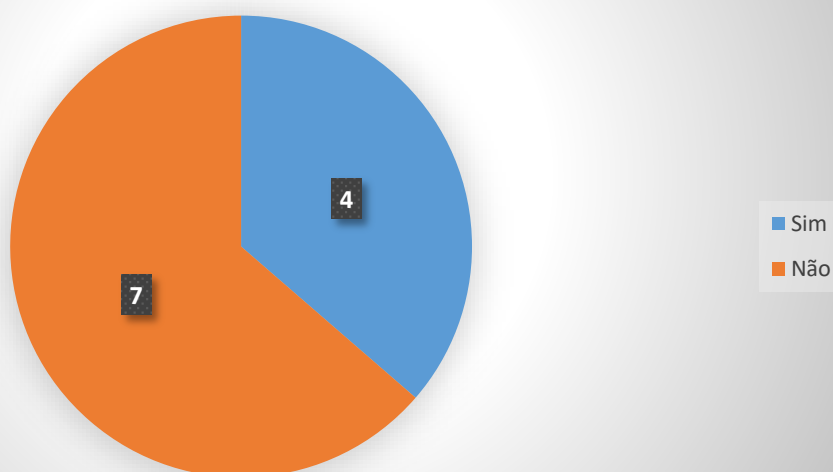


Gráfico 10- Frequentaria uma formação?

Frequentaria uma formação sobre capacitação familiar e parental com o objetivo de melhorar a dinâmica familiar assim como reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade? Apenas 4 dos 11 inquiridos mostraram interesse em frequentar uma formação desta natureza, o que apenas prova que ainda há um caminho a ser percorrido e o próprio está justificado quando apenas 4 indivíduos demonstram interesse em algo deste cariz.

Sente-se discriminado?



Gráfico 11 - Sente-se de alguma forma discriminado?

No gráfico (11) os inquiridos assinalaram que atualmente não se sentiam discriminados, se bem que em diálogo, referiram que a princípio havia uma certa resistência em serem aceites.

2.5.4 Discussão dos resultados

Tendo como ponto de partida o objetivo geral traçado - contribuir para o aprofundar do conhecimento em torno da dinâmica familiar, nas competências dos técnicos interventores e nas características das famílias que potenciem ou constrojam o sucesso na intervenção, perante os resultados obtidos, destacam-se os fatores ao nível desenvolvimental Combrinck-Graham (1985 cit. por Simeonsson, 1988) defende um modelo cíclico de vida das famílias, uma espiral da vida das famílias através das gerações. Este modelo atribui as mudanças desenvolvimentais que nelas se verificam, ao longo das suas gerações, a dois tipos de forças: as centrífugas e as centrípetas. As forças centrífugas contribuem para o afastamento da família, enquanto as forças centrípetas agem para organizar ou juntar a família. O ciclo vital da família é o processo evolutivo pelo qual esta passa ao longo da vida, onde há etapas com tarefas específicas e problemas típicos, onde acaba por estar presente o bem-estar e o crescimento biopsicossocial dos membros familiares. (Combrinck-Graham, 1985)

Destacam-se ainda fatores funcionais que também apresentam alguma expressividade por parte dos participantes, em que os aspetos com maior manifestação são efetivamente o papel que cada indivíduo tem na família e se existe motivação para trabalhar e salientar o lugar que cada um ocupa na família, mediante o plano traçado pelo CAFAP. Simeonsson atribui aos pais o papel de professores da disciplina, de prover cuidados de saúde, de líder moral/ético e o papel de cuidar da casa. A criança é o elemento da família que deve ser sustentado pela mesma, é um membro do sistema familiar. Aos irmãos cabe o papel de modelo, de substitutos dos pais e de companheiros de jogo. Aos avós é atribuído o papel de conselheiros, educadores do neto, sendo um recurso da família alargada. (Simeonsson, 1988)

3. Proposta de projeto de intervenção

3.1 Plano de Ação/Avaliação

Será conveniente ter em conta que do ponto vista conceptual, o Plano de Ação é um dos momentos mais importantes da prática profissional, tal como refere Guerra (2007), “o plano de atividades descreve, de forma detalhada e sistemática, o que se pretende fazer, quando se pretende fazer, quem será encarregado das diferentes tarefas e quais os recursos necessários para as concretizar. Estas atividades decorrem da relação entre objetivos, meios e estratégias, pretendendo a concretização dos objetivos já definidos”

Assim sendo foram propostos os seguintes objetivos:

Gerias:

- Promover o fortalecimento das famílias;
- Proteger e promover o bem-estar físico, psicológico e social dos elementos da família.

Específicos:

- Assegurar o desenvolvimento integral de crianças e jovens;
- Desenvolver competências pessoais, familiares e sociais;
- Reforçar/facilitar as relações familiares e comunitárias;
- Potenciar a integração escolar e profissional;
- Informar sobre direitos e deveres;
- Encaminhar e facilitar o acesso a recursos;
- Colaborar no desenvolvimento comunitário.

Destinatários:

Crianças e famílias que se encontrem em situação vulnerável, residentes no concelho de Ferreira do Alentejo (Fase piloto)

Serviços Prestados:

Intervenção Familiar Integrada

- Terapia Familiar;
- Terapia Individual;
- Mediação Familiar;

- Acompanhamento Psicossocial.

Intervenção Comunitária

- Participação em parcerias;
- Caracterização da realidade comunitária;
- Dinamização de fóruns comunitários;
- Promoção de oficinas de formação;
- Ações de sensibilização.

Intervenção Psicoeducativa

- Educação Parental;
- Capacitação Pessoal e Social;
- Orientação Escolar e Profissional.

Eixo 1 - Avaliação e Intervenção Familiar e Integrada com famílias Multidesafiadas		Eixo 2 - Intervenção e Prevenção Primária - Formação Parental em Grupo	
Objetivo Geral			
Prevenir e reparar situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.			
Atividade 1: Acompanhamento Familiar Individual e Integrado	Atividade 1.2:Supervisão de convívios familiares	Atividade 2.1: Estabelecimento de parcerias no âmbito da Formação Parental	Atividade 2.2: Desenvolver ações de Formação Parental
Objetivos Específicos:	Objetivos Específicos:	Objetivos Específicos:	Objetivos Específicos:
-Potenciar a autoestima dos elementos da família;	Supervisão de visitas/convívios, em clima de segurança e bem-estar para crianças e jovens, com os progenitores permitindo a manutenção e/ou restabelecimento de vínculos familiares;	-Potenciar o trabalho em rede dinamizando os recursos de proximidade;	-Prevenir situações de risco;
-Promover relacionamentos intrafamiliares positivos;	-Acompanhamento de pessoas em fase de separação, procurando facilitar a resolução dos conflitos.	-Divulgar o serviço desenvolvido pelo CAFAP;	-Alertar para a importância de assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais das crianças e jovens;
-Dotar/Reforçar competências parentais, no âmbito dos cuidados de higiene e segurança, bem como a nível da alimentação e no estabelecimento de limites e estimulação das crianças/jovens;			-Reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar;

-Dotar/Reforçar estratégias de organização doméstica e do quotidiano familiar;			-Potenciar contatos e promover a solução de dificuldades na interação com as crianças/jovens;
-Promover processos de resiliência familiar e individual;			-Contribuir para a autonomia das famílias;
-Promover a preservação e/ou a reunificação familiar.			
Ações:	Ações:	Ações:	Ações:
-Diagnóstico e Avaliação Familiar;	-Convívios familiares entre os menores e os progenitores ou outros familiares;	-Divulgação da resposta social;	-Programação das sessões de formação;
-Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF);	-Sessões de acompanhamento para os progenitores ou outros familiares.	-Contactos telefónicos/ envio de emails;	-Divulgação das sessões a decorrer;
-Acompanhamento das ações do PIAF;		-Encontros/ Reuniões;	-Seleção das famílias a integrar a ação de formação;
-Avaliação final da intervenção.			-Dinamização da ação de formação.
Destinatários:	Destinatários:	Destinatários:	Destinatários:
-Famílias com crianças/jovens em situações de risco, perigo ou evidenciando alguma problemática em que a intervenção técnica seja necessária.	-Progenitores em fase de separação ou divórcio que tenham interrompido a convivência familiar com os seus filhos;	-Entidades com intervenção na área de desenvolvimento de competências das famílias;	Famílias residentes na União das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros, com filhos acompanhadas pela Equipa Técnica do CAFAP ou entidades parceiras.
	-Outros familiares em situações de conflito que tenham causado perturbação grave na convivência familiar;	-Entidades com intervenção na área de formação;	

	-Menores afetados por estas questões familiares.	-Entidades com intervenção na área da saúde;	
		-Entidades com intervenção na área da educação.	
Metodologias:	Metodologias:	Metodologias:	Metodologias:
-Realização de entrevistas individuais para diagnóstico familiar;	-Entrevistas com ambas as partes para definição de Plano de Intervenção;	-Contacto com instituições da comunidade, divulgando a resposta e objetivos da intervenção, para auscultar a pertinência do trabalho em rede;	-Seleção das famílias a frequentar a formação, priorizando aquelas que sejam acompanhadas pela equipa do CAFAP;
-Análise do Diagnóstico Familiar;	-Supervisão e avaliação de convívios familiares;		-Construção do programa formativo tendo em conta as necessidades das famílias acompanhadas;
-Intervenção direta/gradual/individual com as famílias;	-Acompanhamento das partes durante a intervenção.		-Calendarização das sessões a efectuar;
-Realização de visitas domiciliárias			-Dinamização de sessões abordando os conteúdos de uma forma interativa com os participantes.
-Realização de sessões de formação parental;			
-Articulação com as entidades envolvidas no processo de acompanhamento familiar;			

-Elaboração de Relatório de Avaliação.			
Recursos Humanos:	Recursos Humanos:	Recursos Humanos:	Recursos Humanos:
-Equipa técnica do CAFAP	-Equipa técnica do CAFAP	-Equipa técnica do CAFAP	Equipa técnica do CAFAP;
		-Equipas técnicas das possíveis entidades parceiras	Equipa técnica parceira.
Recursos Materiais:	Recursos Materiais:	Recursos Materiais:	Recursos Materiais:
-Gabinete de atendimento;	-Gabinete de atendimento;	-Gabinete de atendimento;	-Sala de Formação;
-Material de escritório diferenciado;	-Sala de Ponto de Encontro Familiar;	-Telefone	-Material de escritóriodiferenciado;
-Fichas de caracterização familiar;	-Material de escritório diferenciado;	-Computador	-Computador Portátil;
-Viatura /Reembolso deslocações	-Ficha de registo do convívio familiar.	-Sala de reuniões	-Data Show;
Calendarização:	Calendarização:	Calendarização:	Calendarização:
Durante todo o ano	Durante todo o ano	Primeiro trimestre - Janeiro, Fevereiro, Março	Ações a desenvolver ao longo do ano
Avaliação:	Avaliação:	Avaliação:	Avaliação:
-Relatório de Avaliação Familiar;	-Número de crianças em convívios supervisionados;	-Número de parcerias estabelecidas;	-Fichas de presença das sessões;
-Avaliações dos resultados obtidos com as famílias intervencionadas;	-Altas de intervenção do CAFAP;	-Parcerias estabelecidas com atividades programadas;	-Ficha de avaliação de satisfação da frequência da formação.
			-Avaliação da equipa técnica do interesse/motivação demonstrados pelas/os formandas/os.

Conclusão

Tendo como ponto de partida explorar de que forma a criação de um *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)* pode contribuir para mitigar as barreiras identitárias na região de Ferreira do Alentejo cujo objetivo geral passar por contribuir para o aprofundar do conhecimento em torno da dinâmica familiar, deste advém três objetivos específicos, nomeadamente: *identificar alguns constrangimentos que justifiquem a criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), como medida de empreendedorismo social; contribuir para uma reformulação do paradigma da família disfuncional; contribuir para um melhor desempenho profissional dos assistentes sociais que desenvolvem a sua prática no contexto das famílias Multidesafiadas.*

No sentido dos resultados obtidos, destacam-se alguns fatores com mais expressividade por parte dos participantes, em que os aspetos passam sobretudo pelas aptidões pessoais e parentais identificadas, a perceção individual ou grupal que possuem de saberem se enquadram-se na categoria de família Multidesafiada ou se o mesmo não se verifica, as fragilidades identificadas influenciam a saúde e bem-estar das famílias, colocando-as em risco, exigindo estratégias adequadas que potenciem as forças e eliminem ou pelos menos atenuem as necessidades identificadas no âmbito familiar.

Neste contexto, verifica-se que o “*mindset*” dos inquiridos enquanto progenitores/cabeças de família é vítima de alguns constrangimentos e dificuldades no sentido em que não é um objetivo primário, exercer per se uma parentalidade positiva, se fosse o caso mais dos participantes revelariam interesse ou pelo menos motivação para integrarem formações onde poderiam desenvolver as suas capacidades e competências parentais, por inerência o comportamento dos progenitores nem sempre vai de encontro com os interesses e direitos da criança. Este problema dá precisamente força e justificação ao porquê ser necessário um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, existe muito trabalho a ser desenvolvido não só com famílias imigrantes mas também ao nível das famílias Multidesafiadas endógenas.

O *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)* de acordo com a Portaria n.º (139/, 2013) reconhece a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos, neste âmbito, as equipas compostas por profissionais, de diferentes

áreas de especialidade, assumem um papel preponderante, pois são vistos como uma fonte de informação e consequentemente são valorizados pelas famílias. Neste contexto, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção. Contudo, é sabido que para existir uma intervenção de qualidade um conjunto de técnicos de diferentes áreas não é o suficiente, é necessário que haja respostas por parte dos vários serviços munidos de valências adequadas, assim como a contribuição de recursos que possam existir na comunidade para colmatar as necessidades existentes, sendo de extrema relevância que os profissionais tenham sempre presente que cada criança, assim com a sua família, tem uma experiência de vida diferente ou um conjunto de experiências que podem influenciar de forma positiva ou negativa o seu desenvolvimento. Assim capacitar aqueles que serão os mentores (progenitores), orientá-los no sentido de praticar uma parentalidade positiva torna-se imperativo, para que os seus descendentes cresçam num ambiente onde valoriza-se a educação, as regras, o civismo, uma “casa” que reúna as condições para estimular novos “sonhadores”, jovens com objetivos, desprovidos de malícia, capazes de olhar para além da raça, género, religião, guarnecidos com as ferramentas para melhorar o amanhã, afinal para aqueles que não são empreendedores natos, o espírito empreendedor pode e deve ser trabalhado e estimulado junto do seio familiar.

Assim, com a elaboração deste estudo constatamos a importância da educação parental mediante um *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* (CAFAP) e todo um conjunto de fatores que radicam nos domínios não só da educação como referido acima mas que também mexe com as esferas da saúde, pobreza, desemprego, habitação. Algumas das formas de intervenção necessitam de passar por uma reformulação de modo a procurar dar respostas adequadas à natureza sensível de todas as variantes que integram uma parentalidade positiva, não se firmando apenas em medidas que ofereçam soluções para problemas imediatos. Esperamos com este estudo, ter identificado alguns dos constrangimentos que justificam a criação de um *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* (CAFAP) nesta região do interior (Ferreira do Alentejo) que acaba por ser um grande pólo magnético para comunidades de trabalhadores rurais imigrantes, assim como contribuir para um melhor desempenho profissional dos assistentes sociais que desenvolvem a sua prática no contexto das famílias Multidesafiadas. Afinal Os assistentes sociais participam no planeamento,

orçamentação, execução, avaliação e alteração das políticas e serviços sociais de carácter preventivo destinados a diferentes grupos e comunidades. Intervêm em numerosos sectores funcionais, utilizando diversas abordagens metodológicas, trabalhando no âmbito de um quadro organizacional amplo e prestando serviços sociais a diversos sectores da população e podemos juntar à equação uma nova área dotada de potencial, o empreendedorismo social, em que de forma pragmática, o trabalho de um empreendedor social é utilizar uma abordagem empresarial, focada no compromisso com resultados e visão de futuro, com o intuito de identificar e resolver problemas de cunho social esta nova vertente do empreendedorismo pretende essencialmente desenvolver, propor e aplicar medidas, que podem ser simultaneamente lucrativas e benéficas para a vida em sociedade. Através do CAFAP podem-se moldar as mentes do indivíduo para a família e da família para a comunidade. Investir no futuro.

Referências

- 139/, P. n. (2013). Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/259950/details/maximized>
- Alarcão, M. (2000). (Des) equilíbrios familiares: uma visão sistemática
- Banks. (1999).
- Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta Editora.
- Camacho, C., & Goulart, N. (Outubro de 2014). *Conselho de Finanças Publicas*. Obtido de Sistema de Proteção Social: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2014/10/CFP-APT-02-2014-PT.pdf>
- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Capucha, L. (2005). *Formulação de propostas de concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio da inclusão social*. Lisboa.
- Carvalho, O. (2011). De Pequeninino Se Torce O Destino –o valor da intervenção precoce. Porto: Legis Editora.
- Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*. Lisboa: ICS.
- CLSBE. (s.d.). <https://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/>. Obtido de <https://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/>
- Combrinck-Graham, L. (1985). A Developmental Model for Family Systems.
- Costa, B. d. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Decreto-lei 42/2006, d. 2. (2006). *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*. Obtido de <https://dre.tretas.org/dre/195114/decreto-lei-42-2006-de-23-de-fevereiro>
- DL n.º 70/2010, d. 1. (16 de Julho de 2010). *PGDL*. Obtido de PGDL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1254A0020&nid=1254&tabela=lei_velhas&pagina=1&ficha=1&nversao=3
- Dombeck, M. (2018). <https://www.mentalhelp.net/>.
- Encyclopedia, B. (2018). <https://www.shopify.com/encyclopedia/social-entrepreneurship>.
- exclusaosocialap. (2008). *exclusaosocialap Blogspot*. Obtido de <http://exclusaosocialap12b.blogspot.pt/>
- Freitas, P. &. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico*.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*.
- Instituto de Segurança Social. (2017). Obtido de <http://www.seg-social.pt/estatisticas>
- Lakatos, M. e. (2002). *Fundamentos de metodologia científica*.
- Lumen. (2018). <https://courses.lumenlearning.com>.
- Med, A. J. (2008). Obtido de [https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797\(07\)00760-X/abstract](https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797(07)00760-X/abstract)
- ONU. (1999). <http://www.unric.org/pt/>. Obtido de UNRIC.

- PGDL. (2005). *PGDL*. Obtido de PGDL:
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2029&tabela=leis
- Pratice, N. R. (2018). <https://clas.uiowa.edu/>.
- Quivy, R. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.
- Relvas, A. P. (1996). O Ciclo Vital da Família. Em A. P. Relvas, *O Ciclo Vital da Família*.
- Rodrigues et al. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal.
- Rodrigues, E. V. (2006). *ESCASSOS CAMINHOS - Os processos de imobilização social dos beneficiários do R.M.G. em Vila Nova de Gaia*. Porto, Portugal. Obtido em 2 de 12 de 2016, de
https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjor6qq9bQAhUBohQKHRv7DZ4QFggZMAA&url=https%3A%2F%2Frepositorio-aberto.up.pt%2Fbitstream%2F10216%2F16174%2F2%2F6509TD01P000077923.pdf&u sg=AFQjCNGPp_drY6klp060tuH0VqUYiTKQdw&sig2=CQf
- Santos, C. (2014). *Rendimento Social de Inserção: caracterização e perspetivas de alguns beneficiários*. Obtido de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8829/1/2014_ECSH_DEP_Dissertacao_C%3A%20Santos.pdf
- Segurança Social*. (4 de Janeiro de 2017). Obtido de <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>
- Simeonsson, R. J. (1988). *Family Assessment in Early Intervention*. Merrill Publishing Company.
- Social, S. (1 de 3 de 2016). *Seg-social*. Obtido de *Segurança Social - Rendimento social de inserção*: <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>
- Unidas, O. d. (1999). Human Rights and Social Work. *Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social, 1ª(1ª)*. (D. E. ISSScoop, Ed., & R. Tavares, Trad.) Lisboa. Obtido em 2 de 12 de 2016, de <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/HRSocialWork-scannado.pdf>
- Ward, L. B. (1994).

Apêndices

Apêndice A

Questionário a Cidadãos Romenos residentes em Ferreira do Alentejo

1. Sexo: (assinale a sua opção de resposta com um X) Feminino ☐ Masculino ☐
2. Idade
3. Estado Civil
4. Situação profissional
5. Reside há mais de 1 ano em Portugal? Sim ☐ Não ☐
6. Numa escala de 0 a 5 descreva o grau de satisfação relativamente à sua adaptação na região de Ferreira do Alentejo? Sendo que 0 corresponde a nada satisfeito e 5 a muito satisfeito.
0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐
7. Frequenta eventos culturais? Sim ☐ Não ☐
8. Tem filhos? Sim ☐ Não ☐
9. Se respondeu sim à pergunta anterior, quantos filhos tem?
10. Os seus filhos residem em Portugal consigo?
11. Os seus filhos frequentam a escola em Portugal? Sim ☐ Não ☐
12. Se respondeu sim à pergunta anterior numa escala de 0 a 4 como foi a sua adaptação? Sendo que 0 corresponde a muito má e 4 corresponde a muito boa.
0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐
13. Frequentaria uma formação sobre capacitação familiar e parental com o objetivo de melhorar a dinâmica familiar assim como reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade? Sim ☐ Não ☐
14. Sente-se de alguma forma discriminado? Sim ☐ Não ☐
15. Se respondeu sim à pergunta anterior, porquê?

Anexos

Anexo 1

Portaria n.º 139/2013

de 2 de abril

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprovou as bases gerais do sistema de segurança social, consagra como objetivos do subsistema de ação social, a prevenção e reparação de situações de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais e a especial proteção dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e jovens.

Considerando que a família, enquanto estrutura de cidadania plena, se caracteriza atualmente por uma diversidade de composição, estrutura e dinâmicas, em que os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância, o Estado está particularmente atento às vulnerabilidades daí decorrentes, às quais se torna necessário responder com mecanismos especializados de apoio à família.

Assim, é reconhecida a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos.

Com efeito, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consagra, de entre os seus princípios orientadores, o princípio da responsabilidade parental, o que implica uma intervenção efetuada de modo a que os pais assumam a sua função parental mediante a aquisição de competências pessoais, familiares e sociais.

Neste contexto, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção.

Assim, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental desenvolvem uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à

valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar.

Esta intervenção privilegia a promoção do exercício de uma parentalidade positiva e visa a qualificação familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias para a sua capacitação e autonomia, a melhoria do desempenho da função parental e, em certas situações, a reintegração da criança ou do jovem no seu meio familiar.

A concretização plena deste objetivo exige uma cooperação estreita e uma articulação eficaz entre os centros de apoio familiar e aconselhamento parental e as diferentes entidades vocacionadas para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias e crianças, designadamente do âmbito da segurança social, da educação, da saúde e da justiça, o que aliás é assumido no Programa do XIX Governo Constitucional ao considerar que as preocupações das famílias são transversais e estão presentes em todas as áreas da governação.

Neste sentido, e tendo também em conta que o Programa de Emergência Social (PES) consigna nas suas linhas de ação respostas dirigidas a situações de desestruturação familiar, com efeitos particularmente nocivos para as crianças e jovens, importa proceder à regulamentação da forma de intervenção, organização e funcionamento dos centros de apoio familiar e aconselhamento parental, considerando a sua importância no apoio especializado à família e às crianças e jovens.

Assim, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro, manda o Governo, pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Artigo 2.º

Conceito

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, adiante designado por CAFAP, é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

Artigo 3.º

Objetivos

O CAFAP visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.

Artigo 4.º

Âmbito pessoal

1 - Beneficiam do apoio prestado pelo CAFAP as famílias em risco psicossocial, designadamente, quando:

- a) A situação de risco requeira uma intervenção, em tempo útil, que evite a declaração de perigo e a retirada da criança ou do jovem;
- b) A avaliação do risco assinala a inadequação das dinâmicas relacionais e práticas formativas e educativas da família com consequências negativas para o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem;
- c) A aplicação de medida de promoção e proteção em meio natural de vida designadamente, medida de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e confiança a pessoa idónea, exija uma intervenção especializada junto da família;
- d) A situação familiar tenha levado à aplicação de medida de promoção e proteção de colocação da criança ou do jovem em família de acolhimento ou em instituição;
- e) O apoio especializado à família haja sido recomendado complementarmente a uma intervenção de natureza psicossocial ou terapêutica;
- f) O contrato celebrado no âmbito do Rendimento Social de Inserção preveja uma intervenção especializada junto da família.

2 - Considera-se em risco psicossocial, a família em que, por diversos fatores de natureza pessoal, relacional e ou ambiental, os responsáveis pela criança ou jovem ajam de forma inadequada no que respeita ao exercício das funções parentais, prejudicando ou pondo em perigo o desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

3 - O CAFAP pode, ainda, prestar apoio em situações de conflito ou rutura familiar que ponham em causa o bem-estar e o convívio familiar das crianças ou jovens.

Artigo 5.º

Princípios

A intervenção do CAFAP centra-se na família e na criança ou jovem e obedece aos seguintes princípios:

- a) Promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem - a intervenção tem por base a criança como sujeito de direitos que deve receber a proteção necessária ao

desempenho pleno do seu papel na comunidade, garantindo o seu desenvolvimento integral;

b) Intervenção sistémica - a atuação assenta numa abordagem onde prevalece o contexto em meio natural de vida baseada na proximidade e no carácter integrado e regular da intervenção, tendo em vista um conhecimento e uma visão global da estrutura e do desenvolvimento da família;

c) Valorização das competências parentais - a intervenção deve ajustar-se às especificidades e necessidades de cada família, por forma a que esta assuma as funções parentais e incorpore as soluções mais adequadas;

d) Autonomia das famílias - o modelo de intervenção implica a responsabilização das famílias na estruturação do seu próprio percurso permitindo-lhes conhecimento das problemáticas, dos fatores de risco e dos fatores de proteção e dos recursos existentes na comunidade;

e) Participação e corresponsabilização das famílias - o processo de intervenção fomenta um papel ativo e dinâmico da família numa perspetiva de compromisso e de colaboração mútua;

f) Colaboração entre os profissionais - o trabalho a efetuar com as famílias impõe a articulação entre os profissionais envolvidos, nomeadamente entre as equipas técnicas que acompanham as famílias e as da educação e da saúde, fomentando ações partilhadas e complementares, facilitadoras do estabelecimento de relações positivas entre as famílias e a comunidade;

g) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida pelos profissionais cuja ação seja indispensável à avaliação e ao acompanhamento da situação familiar, por forma a evitar-se a sobreposição de atuações na vida das famílias e das crianças ou jovens.

h) Privacidade - a intervenção deve respeitar a intimidade e a reserva da vida privada da família e da criança ou do jovem;

i) Obrigatoriedade da informação - a criança ou o jovem e a família têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

Artigo 6.º

Entidades promotoras

Os CAFAP podem ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

- a) Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- b) Casa Pia de Lisboa, I.P.;
- c) Instituições privadas com e sem fins lucrativos.

CAPÍTULO II

Intervenção

Artigo 7.º

Modelo de intervenção

1 - A intervenção desenvolvida pelo CAFAP baseia-se na avaliação familiar e na situação de risco psicossocial das famílias e concretiza-se mediante projetos ou programas estruturados em função da situação particular de cada família.

2 - A intervenção privilegia uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica que, numa perspetiva de complementaridade, tem em conta a proximidade e o carácter integrado e regular da intervenção, por forma a permitir um conhecimento e uma visão global da estrutura e da dinâmica familiar.

Artigo 8.º

Modalidades de intervenção

1 - O CAFAP visa a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar e compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que, de acordo com as características das famílias, integram as seguintes modalidades:

- a) Preservação familiar;
- b) Reunificação familiar;
- c) Ponto de encontro familiar.

2 - A preservação familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida.

3 - A reunificação familiar visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário.

4 - O ponto de encontro familiar constitui-se como um espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal, mediante uma atuação que:

a) Proporcione encontros familiares em condições adequadas de segurança e bem-estar para as crianças ou jovens, designadamente no que respeita ao regime do exercício das responsabilidades parentais em situações de divórcio ou separação de pessoas;

b) Promova e facilite um clima de consenso e responsabilidade, através de um trabalho psicopedagógico e social, conducente a uma mínima intervenção judicial.

5 - As modalidades de intervenção referidas no número anterior têm carácter autónomo mas podem ser desenvolvidas numa perspetiva de complementaridade que tem em conta uma intervenção integrada e regular.

Artigo 9.º

Fases da intervenção

1 - A intervenção do CAFAP compreende as seguintes fases:

a) Avaliação da situação familiar;

b) Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF), previsto no artigo seguinte;

c) Desenvolvimento e acompanhamento do PIAF;

d) Termo da intervenção.

2 - A avaliação da situação familiar constitui o primeiro momento da intervenção no qual se procede à recolha ou atualização de informação e análise de fatores de proteção, de risco e dinâmicas familiares, designadamente:

- a) Características e funcionamento individual dos elementos da família;
- b) Competências dos pais na prestação de cuidados básicos essenciais às crianças ou jovens;
- c) Estrutura, composição e dinâmica familiar no que respeita às relações afetivas, desempenho de papéis e responsabilidades;
- d) Formas de comunicação familiar;
- e) Interação da família com o contexto em que se insere;
- f) Potencial de mudança das famílias e das condições sócio-familiares.

3 - A elaboração do PIAF é efetuada pela equipa técnica referida no artigo 23.º, com a participação direta da família e da criança ou jovem, de harmonia com a avaliação da situação familiar e contempla os aspetos referidos no artigo seguinte.

4 - O desenvolvimento e acompanhamento do PIAF é um processo dinâmico que engloba a monitorização e a avaliação da intervenção, permitindo:

- a) Atualizar permanentemente o diagnóstico da situação familiar;
- b) Avaliar as relações entre a família e a criança ou o jovem;
- c) Registar a evolução da situação familiar;
- d) Aferir os resultados alcançados face aos objetivos definidos no PIAF.

5 - A intervenção cessa com o cumprimento do PIAF, podendo o CAFAP manter-se informado sobre a evolução e o percurso de vida da família, sempre que esta a tal não se oponha.

6 - As fases da intervenção devem adequar-se à respetiva modalidade de intervenção em função da situação particular de cada família e dos objetivos a alcançar.

Artigo 10.º

Plano integrado de apoio familiar

1 - O PIAF é definido em função da respetiva modalidade de intervenção, devendo respeitar as capacidades, potencialidades e expectativas das famílias e envolver, de forma contínua e articulada, os recursos comunitários necessários à sua execução.

2 - O PIAF contém, designadamente:

- a) Identificação e residência da família;
- b) Diagnóstico da situação atual da família;
- c) Diagnóstico do risco psicossocial da família;
- d) Fatores de risco e fatores de proteção;
- e) Fragilidades e potencialidades familiares;
- f) Objetivos a atingir pela família;
- g) Atividades a desenvolver;
- h) Recursos a utilizar e apoios necessários;
- i) Tempos para a intervenção e avaliação do processo;
- j) Identificação do técnico do CAFAP responsável pela intervenção, bem como do coordenador de caso referido no artigo 17.º, responsável pela coordenação dos apoios à família.

3 - O PIAF é elaborado no prazo de dois meses a contar da data de admissão da família.

4 - O PIAF tem a duração de um ano, podendo, sempre que se justifique, a intervenção ser prolongada por igual período.

5 - O PIAF é avaliado, em regra, semestralmente, e revisto sempre que necessário.

Artigo 11.º

Atividades

1 - O CAFAP, tendo em conta o âmbito das modalidades de intervenção, desenvolve ações diferenciadas em função da situação e das características das famílias, reforçando e fortalecendo o seu envolvimento nas redes de suporte social.

2 - As ações desenvolvidas são focalizadas na família, no âmbito de projetos de treino de competências parentais e familiares, de autoajuda ou de suporte social, que podem concretizar-se, fundamentalmente, mediante:

a) Ações de formação parental;

b) Apoio psicopedagógico e social.

Artigo 12.º

Formação parental

1 - A formação parental tem como objetivo primordial o reforço e a aquisição de competências para o exercício das responsabilidades parentais necessárias para orientar e formar as crianças e jovens, garantindo-lhes um desenvolvimento harmonioso.

2 - A formação parental visa, ainda, dotar as famílias das competências e dos recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar designadamente a nível físico, afetivo, relacional, comunitário e de organização familiar, bem como reforçar o sistema social de apoio.

3 - Tendo em consideração as características das famílias, bem como os objetivos definidos no PIAF, a formação parental pode desenvolver-se através de uma intervenção individual e ou grupal.

4 - A intervenção individual com as famílias pode ocorrer em espaço institucional e ou domiciliário e deve permitir:

a) Observar as interações entre a família e a criança no seu meio natural de vida;

b) Promover o desenvolvimento de competências parentais, apelando à autonomia da família;

c) Orientar a família na adaptação às rotinas quotidianas e atividades;

d) Implicar os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais no seu papel de educadores principais.

5 - A intervenção grupal obedece a programas de formação parental organizados em módulos temáticos escolhidos em função das necessidades concretas das famílias.

Artigo 13.º

Apoio psicopedagógico e social

1 - O apoio psicopedagógico e social consiste numa intervenção integrada, de natureza psicológica, pedagógica e social, que pretende desenvolver a autonomia e a resiliência das famílias, fomentando a consciência de que são capazes de superar as dificuldades e modificar a dinâmica de funcionamento pessoal e familiar, bem como melhorar as suas condições de vida.

2 - O apoio psicopedagógico e social visa ainda promover a integração das famílias nas redes de apoio social e fomentar a construção de interações positivas.

3 - O apoio psicopedagógico e social integra, designadamente:

a) A promoção da autoestima e a construção de interações positivas entre os elementos da família;

b) O reforço das competências parentais, designadamente ao nível dos cuidados básicos, segurança, orientação, estabelecimento de limites e estimulação;

c) A mediação entre os elementos da família por forma a facilitar a comunicação e a solução de dificuldades, promovendo um clima de consenso e responsabilidade;

d) O desenvolvimento de estratégias de comunicação intrafamiliar;

e) A adaptação a novas formas de organização da vida diária;

f) A prestação de informação e aconselhamento na resolução de situações complexas e na tomada de decisões;

g) A prestação de informação sobre os serviços da comunidade, identificando os recursos existentes e formas de acesso;

h) A promoção da participação em atividades de formação, culturais e de lazer, potenciando o estabelecimento de relações positivas com os vizinhos, a escola, o contexto laboral e a comunidade em geral.

4 - Quando exista necessidade de uma intervenção que envolva aspetos específicos relacionados com competências de entidades de outros setores, designadamente da saúde, da educação e com as atribuições do município, deve a equipa técnica do CAFAP articular e colaborar com os serviços ou organismos responsáveis.

Artigo 14.º

Avaliação final da intervenção

1 - A avaliação final é uma componente do processo de intervenção e pressupõe o conhecimento dos resultados alcançados por cada família, do grau de concretização do PIAF, bem como dos efeitos da intervenção sobre o desenvolvimento das competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

2 - A avaliação referida no número anterior é efetuada pela equipa técnica com a participação direta da família e, quando necessário, com a colaboração de outros profissionais envolvidos na intervenção.

3 - Da avaliação é elaborado relatório que incide, designadamente, sobre a causalidade entre a intervenção e os resultados alcançados por cada família, o impacto das mudanças no comportamento e na vivência familiares, bem como sobre os elementos associados à eficácia da intervenção.

4 - Nos casos em que da avaliação final decorra a necessidade de outro tipo de intervenção dirigido à família e ou à criança ou jovem, deve o CAFAP, consoante os casos e a especificidade das situações, dar conhecimento do relatório de avaliação às entidades competentes em matéria de infância e juventude.

CAPÍTULO III

Procedimentos para a intervenção

Artigo 15.º

Referenciação

As famílias e as crianças ou jovens são referenciados para uma intervenção do CAFAP, consoante os casos, pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelo tribunal, bem como por entidades públicas ou privadas do âmbito da segurança social, saúde, educação e justiça.

Artigo 16.º

Admissão

1 - A admissão da família é formalizada em reunião na qual estão presentes a família, o técnico da equipa do CAFAP e o coordenador de caso.

2 - A reunião para admissão tem por objetivo esclarecer a família sobre a forma como a intervenção se processa, dos seus direitos e deveres e do papel e da função que cada um dos intervenientes desempenha no processo de intervenção.

3 - A formalização da admissão é efetuada com a assinatura do acordo familiar previsto no artigo 18.º.

Artigo 17.º

Coordenador de caso

O coordenador de caso é o elemento responsável por planear e coordenar os apoios à família e por promover a transição das famílias para programas ou apoios mais adequados à sua situação.

Artigo 18.º

Acordo familiar

O acordo familiar constitui um compromisso, reduzido a escrito, entre a família e os técnicos do CAFAP responsáveis pelo apoio, onde se definem as responsabilidades das partes e os objetivos a atingir com a intervenção constantes do PIAF.

CAPÍTULO IV

Organização e funcionamento

Artigo 19.º

Capacidade

A capacidade dos CAFAP é definida em função das modalidades de intervenção e do número de famílias a abranger, não podendo ultrapassar as 100 famílias.

Artigo 20.º

Funcionamento

1 - O funcionamento do CAFAP deve garantir a autonomia e o bem-estar das famílias.

2 - O CAFAP funciona durante todo o ano e deve ter um horário de funcionamento adequado às necessidades das famílias e às modalidades de intervenção.

3 - O CAFAP elabora o respetivo regulamento interno e o processo individual da família.

Artigo 21.º

Regulamento interno

1 - O CAFAP possui obrigatoriamente regulamento interno, o qual define as regras e os princípios específicos de funcionamento e contém, designadamente:

a) Modalidades de intervenção;

b) Horários de funcionamento.

2 - O regulamento interno é dado a conhecer às famílias e afixado em local visível e de fácil acesso.

Artigo 22.º

Processo individual da família

1 - Do processo individual da família deve constar:

a) Identificação e residência da família;

b) Caracterização da situação e diagnóstico das necessidades e potencialidades da família;

- c) PIAF, previsto no artigo 10.º;
- d) Acordo familiar, previsto no artigo 18.º;
- e) Relatórios sobre o processo de evolução da situação familiar;
- f) Data do início e do termo da intervenção;
- g) Avaliação final da intervenção;
- h) Registo de situações anómalas e de diligências efetuadas.

2 - O processo individual é de acesso restrito e é arquivado pelo CAFAP, em condições de segurança, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 23.º

Equipa técnica

1 - A intervenção do CAFAP é assegurada por uma equipa técnica multidisciplinar organizada segundo as especificidades das modalidades de intervenção desenvolvidas pelo CAFAP, por forma a garantir uma atuação integrada dos apoios a prestar às famílias.

2 - A equipa técnica é constituída por profissionais com experiência nos domínios da capacitação e formação familiar, bem como do desenvolvimento integral da criança e do jovem, nos termos dos números seguintes.

3 - A composição da equipa, bem como o seu tempo de afetação, são determinados em função das necessidades, dos recursos existentes, do número de famílias acompanhadas e das modalidades desenvolvidas.

4 - Para um referencial de 100 famílias, a equipa técnica é composta por:

- a) Um técnico de serviço social a 100%;
- b) Um psicólogo a 100%;
- c) Um educador social a 100%.

5 - Quando o CAFAP desenvolva a modalidade de ponto de encontro familiar, a equipa técnica integra, ainda, para um referencial de 25 famílias, um técnico com formação em mediação familiar, a 50%, que pode ser um dos técnicos referidos no número anterior.

6 - A equipa técnica pode, ainda, integrar, a tempo inteiro, outros profissionais com formação adequada às modalidades de intervenção desenvolvidas pelo CAFAP, nomeadamente agentes de educação familiar.

7 - À equipa técnica é garantida formação inicial e contínua pelas entidades promotoras que lhe asseguram, também, a respetiva supervisão e avaliação.

Artigo 24.º

Cooperação e articulação com outras entidades

1 - Os CAFAP cooperam e articulam com outras entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias, designadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social, do emprego e da formação profissional.

2 - No âmbito do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, os CAFAP articulam com as comissões de proteção e, sempre que necessário ou exigido, com as equipas multidisciplinares de assessoria técnica aos tribunais, procedendo à elaboração das informações e dos relatórios sociais necessários à avaliação da situação sociofamiliar e do desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

CAPÍTULO V

Avaliação

Artigo 25.º

Avaliação e fiscalização

1 - O CAFAP deve conceber processos de avaliação sistemática, promovendo a participação de todos os intervenientes, designadamente famílias e técnicos.

2 - O Instituto da Segurança Social, I.P. fiscaliza o cumprimento da presente portaria.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 26.º

Adequação

Os CAFAP que se encontrem em funcionamento devem adequar-se ao estabelecido na presente portaria no prazo de 18 meses a contar da data da sua entrada em vigor.

Artigo 27.º

Início de vigência

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Luís Pedro Russo da Mota Soares, em 28 de março de 2013.

